

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.689.604 - GO (2017/0190357-5)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA  
**PROCURADORES** : RENATA BARBOSA COELHO ROCHA DA COSTA E OUTRO(S) - GO026773  
TARCÍSIO FRANCISCO DOS SANTOS - GO006726  
**RECORRIDO** : JOAQUIM PEREIRA LOPES  
**RECORRIDO** : GENI CANDIDA LOPES  
**ADVOGADO** : RICARDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - GO031320

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, em 11/08/2016, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. REGRA DE DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME RECURSAL APLICÁVEL. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE VIGENTES À DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL EM CARTÓRIO. INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA.

1. A legislação processual que rege os recursos é aquela da data da publicação da decisão judicial, assim considerada sua publicação em cartório, secretaria ou inserção nos autos eletrônicos.
2. Na forma do Enunciado Administrativo nº 02 do STJ, 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça'.
3. O regime de admissibilidade recursal deve observar as disposições processuais vigentes quando se tornou pública a decisão com a sua entrega em cartório, inclusive no que concerne ao *quantum* de dias e a respectiva forma de contagem.
4. Para as decisões entregues em cartório ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, os prazos recursais serão contados de forma contínua, consoante antiga previsão do artigo 184, § 2º, cumulado com o artigo 506, todos deste mesmo diploma legal.
5. Não comporta conhecimento o agravo interno interposto pela parte em prazo superior ao outrora previsto no artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, de 05 (cinco) dias, em razão de sua intempestividade.
6. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO" (fls. 322/323e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da

Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 14, 183, 219 e 1.003, §5º, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) "é inconcebível entender que o marco temporal da aplicação ou não do Novo Código de Processo Civil é a data da entrega da decisão em cartório, ato esse sem qualquer publicidade às partes, pois estas sequer são intimadas do ato em referência" (fl. 344e); b) "sempre se entendeu que se deveria aplicar aos recursos os requisitos de admissibilidade vigentes à época da publicação da decisão recorrida, sendo esta aquela realizada por meio do Diário Oficial" (fls. 344/345e); c) "não há dúvidas de que o marco temporal de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a INTIMAÇÃO do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada por meio da publicação no Diário Oficial no dia 15 de abril de 2016, sob a égide do Novo Codex Processual" (fl. 345e); d) "a tempestividade do Agravo Interno protocolizado em 17/05/2016 é cristalina, na medida em que a decisão recorrida foi publicada em 15 de abril de 2016 e o prazo do Município para interpor Agravo Interno é de 30 (trinta) dias úteis, contados da referida publicação, conforme os dispositivos acima transcritos" (fl. 349e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 359/363e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 365/367e).

A irrisignação merece prosperar.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Inicialmente, importante salientar que a Lei federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que revogou o Código de Processo Civil de 1973, entrou em vigor no dia 18 de março de 2016.

Assim, é imperiosa a observância da regra de direito intertemporal prevista no artigo 14 do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe, *verba legis*:

(...)

Infere-se do aludido dispositivo que o legislador pátrio adotou a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo a qual a aplicação da nova lei aos procedimentos em curso deve respeitar os atos processuais praticados na vigência da norma revogada e as situações jurídicas consolidadas, vale dizer, os efeitos que deles decorrem.

Ao aprofundar essa perspectiva à luz da teoria do isolamento dos atos processuais, no tocante ao regime recursal, deve-se observar, para fins de admissibilidade do recurso, a lei vigente na data em que a decisão impugnada se tornou pública, isto é, no momento em que foi entregue em cartório, secretaria ou foi inserida nos autos eletrônicos.

(...)

Da mesma forma, o colendo Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do Enunciado Administrativo nº 02, deliberou que os

requisitos de admissibilidade das insurgências devem ser analisadas segundo as disposições que eram previstas no Código de Processo Civil de 1973, quando o recurso for interposto contra decisão tornada pública em sua vigência, verbo *ad verbum*:

(...)

Dito isso, tenho que o presente agravo interno não preenche o requisito de admissibilidade concernente à tempestividade, segundo a legislação vigente ao tempo da decisão impugnada, razão pela qual não merece ser conhecido.

Colhe-se dos autos que o presente agravo interno foi manejado contra a decisão monocrática de f. 187/224, proferida e entregue em cartório em 17 de março de 2016 (f. 226), e publicada no Diário Eletrônico da Justiça no 2.009, de 15 de abril de 2016 (f. 226).

Importante registrar que, não obstante o prazo recursal do agravante somente ter começado a correr na vigência do atual Código de Processo Civil, conforme o esquadro técnico acima alinhavado, todo o regime de admissibilidade recursal deve observar as disposições processuais vigentes em 17 de março de 2016, quando se tornou pública a decisão com a sua entrega em cartório, isto é, o Código de Processo Civil de 1973, inclusive no que concerne ao *quantum* de dias e a forma de contagem, consoante a antiga previsão do artigo 184, § 2º, cumulado com o artigo 506, todos do CPC/1973.

(...)

Nesta senda, resta evidente que não se aplica à espécie a norma insculpida no artigo 183 da nova Lei Adjetiva Civil, no que se refere à intimação pessoal da Fazenda Pública, que deve incidir apenas nos recursos analisados sob sua égide" (fls. 314/318e).

Do exposto, constata-se que o entendimento adotado no acórdão recorrido está em dissonância da orientação firmada por esta Corte, segundo a qual o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a data da intimação da decisão recorrida, cuja contagem se inicia com sua disponibilização na imprensa oficial, e não a partir do momento em que é entregue em cartório.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. TEMPESTIVIDADE. CONTAGEM DO PRAZO APÓS DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA. DECISÃO AGRAVADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO NOVO CPC. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO.

1. Não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou

integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Acerca da aplicação da lei processual no tempo, assim se manifestou a Corte local: "O agravo de instrumento interposto possui vício insanável, eis que está intempestivo, porque protocolado em 20/06/2016 (fl. 02), quando já decorrido o prazo legal de dez dias para sua interposição, pois disponibilizada a decisão no Diário Eletrônico na data de 02/06/2016. Não há que se aplicar o Novo CPC 2015, porque se submetem os recursos ao regime vigente na data em que se torna pública a decisão impugnada, o que se dá quando ela é entregue no cartório, não se confundindo com a dala de sua publicação, que se dá com vistas à intimação das partes" (fls. 126-127, e-STJ - grifo nosso).

**3. Com efeito, o acórdão a quo encontra-se em dissonância do entendimento firmado pelo STJ no sentido de que, considerando a ausência de prerrogativa de intimação pessoal, a contagem do prazo recursal deve se dar da publicação do decisum na imprensa oficial, por intermédio do Diário de Justiça.**

4. O Enunciado Administrativo 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016) dispõe que "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

**5. "Em homenagem ao princípio tempus regit actum, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater". Precedente: AgRg no AREsp 814.494/PR, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 18/4/2016.**

6. Na espécie, o Recurso Especial impugna acórdão publicado na vigência do CPC de 2015, sendo exigidos, pois, os requisitos de admissibilidade na forma prevista naquele código de ritos.

7. Nesse esteira, considerando que a decisão monocrática objeto de Agravo de Instrumento na origem foi publicada em 2.6.2016 e o recurso interposto em 20.6.2016, conclui-se pela tempestividade do apelo, pois manejado dentro do prazo de 15 dias úteis previsto nos arts. 219, 994, inciso II, e 1.003, § 5º, todos do CPC/2015.

8. Recurso Especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.730.392/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/11/2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DECISÃO.

1. A lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição, segundo entendimento desta Corte, é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Precedente do STJ.

2. Na hipótese dos autos, considerando que a agravada foi intimada da decisão agravada na vigência do CPC/2015, deve ser aplicada a contagem de prazo recursal nos termos do referido Codex.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.679.307/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/05/2018).

Colhe-se, ainda, em caso análogo, a decisão monocrática proferida no seguinte feito: STJ, REsp 1.747.591/SP, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 08/02/2019.

Na hipótese dos autos, conforme asseverado no acórdão recorrido, a publicação da decisão monocrática ocorreu no Diário Eletrônico de Justiça, em 15 de abril de 2016 (fl. 319e) e, portanto, já na vigência do Novo Código de Processo Civil, razão pela a tempestividade do recurso em questão deve ser analisada à luz do CPC/2015.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que analise a tempestividade do Agravo Interno, à luz do CPC/2015, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora